

## opinião

## FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Fries

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Fomes de Leon e Jádhir Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernando Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Branco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arão, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fries e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Faria

DIRETORIA EXECUTIVA Alexandre Bonacini (finanças, planejamento e novos negócios) Anderson Demian (mercado leito e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Nunes precisa explicar obras sem licitação

Reportagens deste jornal e do UOL mostram gasto desmesurado em ações emergenciais contra enchentes, em detrimento de obras estruturais

Algo estranho aconteceu na cidade de São Paulo. Obras emergenciais, realizadas pela gestão de Ricardo Nunes (MDB) com o objetivo de enfrentar enchentes, têm sido reportagens por alargamentos que antes não existiam, segundo moradores da capital paulista ouvidos pela reportagem da Folha. Isso não é tudo. De setembro de 2022 a dezembro de 2023, a mesma prefeitura contratou 142 obras emergenciais desse tipo, destinadas à contenção de margens de córregos. Custaram aos cofres públicos nada menos que R\$ 2,2 bilhões, o equivalente a dois terços de toda a verba empenhada no período em iniciativas de combate às cheias.

Como se sabe, ações que tenham o carimbo da urgência estão dispensadas de passar por licitação. Faz sentido que seja assim: há momentos em que o poder público precisa dar uma resposta tão célere a algum infortúnio que não há tempo de garantir a devida concorrência no processo de contratação.

Nenhum paulistano, por sua vez, desconhece as chuvas que costumam causar danos materiais na metrópole de uma hora para a outra — de modo que pode parecer natural o recurso às obras emergenciais para lidar com essas intempéries, mais frequentes nos primeiros meses do ano.

Há, contudo, sinais estranhos abato da superfície. Por exemplo, os R\$ 2,2 bilhões gastos pela gestão

Nunes seriam suficientes para concluir ao menos 15 obras do Plano Diretor de Bregamem, mais 507 contratos entregues até o fim de 2023.

Ainda que a prefeitura argumente que um tipo de intervenção não compete com o outro, o fato é que as ações sem licitação consumiram muito mais dinheiro público do que as iniciativas estruturais — as quais mereceram R\$ 65 milhões.

E isso em uma gestão que, sem marca própria, destaca-se pelo reaparelhamento e, sobretudo, pela explosão de despesas livres de processo licitatório. Auditoria do Tribunal de Contas do Município mostrou que, de 2017 para 2022, o salto foi de 16,4%, uma enorme diferença de eficiência.

Segundo reportagem do UOL, pelo menos 233 de 357 contratos emergenciais sem licitação tocados pela gestão Nunes têm índices de combinação de preços entre empresas concorrentes.

Além disso, especialistas afirmam que as intervenções pontuais, ainda que não se prestem a desviar de recursos, são pouco recomendadas para o combate de enchentes, porque costumam ter prazo de validade curto e tendem a agravar o problema no futuro.

É urgente que se proceda a uma investigação séria desse caso — e Nunes deveria ser o primeiro a desejá-la, para ter a oportunidade de se defender de possíveis suspiros de corrupção ou de incompetência.

## Conquista histórica

Liberação do aborto na Constituição francesa ajuda a proteger o direito, defendido por esta Folha

Nesta semana, a França se tornou a primeira nação a permitir em sua Constituição a interrupção da gravidez por decisão da mulher.

A inclusão do aborto na Carta, mesmo que o procedimento já fosse legalizado no país até a 14ª semana de gestação desde 1975, tem especial relevância porque o tema está sujeito, em todo o mundo, a oscilações ideológicas tanto no legislativo como no Judiciário.

A medida francesa protege esse direito das mulheres contra retrocessos, que têm se tornado menos improváveis com a polarização política e a ascensão global de uma direita populista reacionária.

Exemplo recente foi a revogação da legislação do aborto pela Suprema Corte dos Estados Unidos, que em 1973 havia aprovado entendimento contrário.

É mais difícil mudar uma lei do que uma decisão judicial — e ainda mais complicado derrubar um direito estabelecido na Constituição. Mesmo assim, há investidas contra normas que garantem o aborto. Na Hungria, onde a prática foi legalizada em 1993, o governo de Viktor Orbán baixou um decreto

em 2022 que obriga mulheres que buscam o procedimento a ouvir os batimentos cardíacos do feto.

Também em 2022, deputados brasileiros tentaram proibir a interrupção da gravidez em qualquer caso, como o chamado "Estatuto do Nascituro", mas foram contidos por manobra regimental da oposição.

Por aqui, o Supremo Tribunal Federal tomou a dianteira e examinou a ação sobre a descriminalização do procedimento — o que não é o mais recomendável.

A Constituição brasileira não se refere ao aborto em suas cláusulas. Assim, qualquer decisão do STF será baseada em interpretações sobre direitos individuais passíveis de questionamentos, que podem alimentar os discursos que apontam ativismo judicial da corte, em detrimento do Legislativo.

A sociedade e o Congresso deveriam debater o tema, sem dogmas, para estabelecer a lei sobre o aborto conforme recomendações da OMS e as experiências dos países que já legalizaram a prática. A questão deve ser observada à luz da saúde pública e dos direitos das mulheres, com liberdade da sua



## Herança poligênica

Hélio Schwartzman

A pedidos, comento o caso dos dois gêmeos que tiveram suas matrículas na USP barradas por não terem sido considerados pardos o bastante. O problema é insolúvel. A cor da pele se transmite por um complexo modelo de herança poligênica. Isso significa que um casal interracial pode gerar filhos com as mais variadas tonalidades de pele, do quase branco ao bem escuro. Outras características fenotípicas que costumamos associar a pretos, como tipo de cabelo e formato do nariz, seguem modelos igualmente complexos.

Nada disso é muito novo. Desde a Antiguidade temos uma literatura em torno dos paradoxos da indeterminação: quantos fios de cabelo um indivíduo precisa perder para ser considerado careca? Tentar procustamente forçar um amplexo de possibilidades fenotípicas num juízo binário do tipo "pardo" ou "não pardo" é receita segura para produzir injustiças.

A primeira instituição republicana a lidar com essa questão, o IBGE, contornou a aporia recorren-

do à autodeclaração: cada um escolhe o grupo ao qual quer pertencer. Funcionou bem até virarem as cotas raciais. Como elas oferecem uma palpável vantagem a membros de certas minorias, surgiu a possibilidade de pessoas abusarem do sistema. Como resolver isso?

Não sei, mas a resposta do STF, que foi autorizar os comitês de heteroidentificação, é, como vimos, ruim. Ela coloca a autodeclaração, que pode ser genuína mesmo para alguém de ter clara, contra a decisão da banca. Pior, ela lança automaticamente sobre os reputados pela comissão a suspeita de fraudadores. Mas o juízo do comitê é essencialmente um juízo estético — e, se o seu filme favorito perde o Oscar, não parece muito apropriado acusar a Academia de fraude.

O trônico aqui é que, para justificar a heteroidentificação, é preciso rejeitar teses caras ao movimento wot, como o direito de escolher a própria identidade (transsexuais) e a recusa a classificações binárias.

Hélio@usp.br

## Agora aos chips, com os chineses

Nelson Sá

Na terça-feira (5), a montadora chinesa BYD iniciou as obras da fábrica na Bahia, acionando tráfego com o governador Jerônimo Rodrigues (PT). Seus primeiros carros elétricos e híbridos devem chegar ao mercado no fim do ano, mas já dispararam compromissos de investimento do Toyota e outras concorrentes.

Dias antes, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos/SP) bateu o martelo para o consórcio da fabricante de trens chinesa CRRC, que vai construir e equipar a ferrovia de alta velocidade que ligará São Paulo a Campinas. O projeto, que envolve o BNDES, deve incluir fábrica de trens próxima a Campinas. Os negócios foram precedidos de viagens à China feitas por Rodrigues e pelo vice de Tarcísio, Felício Ramalh (PSD). Em Minas, parte da imprensa cobra de Romero Zema (Novo), que também viajou, por que "os chineses preferiram Tarcísio". Estiveram ainda por lá, entre outros, o governador Ronaldo Caiado e o mato gossme Mauro Mendes, ambos do União Brasil.

Caiado e Mendes são possíveis in-

teressados numa infraestrutura logística que é conversada com os chineses, a ampliação de rodovias e ferrovias até o Pacífico. O presidente do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Jin Lagan, falou estar com "a melhor disposição" de financiar, ao encontro de Lula na terça.

No momento, é a BYD que chama atenção, pela diversidade de sua aposta no Brasil. Diante do mercado com carros de preço alto, sem montadora nacional para proteger e que serve de porta de entrada para a América do Sul, a perspectiva é que Camargó (BA) seja sua maior fábrica fora da China. Mas tem mais.

A montadora projeta e fabrica, na China, os trens para viabilizar o metrô paulista. E fabrica, no interior paulista, painéis solares — que se integrarão futuramente à sua produção de baterias aliás, com minérios extraídos do Brasil e do Chile.

Enquanto os governadores buscam carne e trevo, Lula pressionava por apoio à produção de chips. Para analistas, é o próximo passo da BYD.

Correspondente da Folha em São

## Um brasileiro chamado Sócrates

Ruy Castro

A propósito de meu artigo "Um brasileiro chamado Garrinha" (12/3), um leitor lembrou que, quando se trata de alcoolismo no futebol, todos citam Garrinha e ninguém fala de Sócrates, igualmente vencido pelo copo, em 2011, aos 37 anos. O leitor tem razão. Haveria até outro motivo para citar Sócrates. O supercraque, ídolo de todas as torcidas, culto e politizado, era também o Dr. Sócrates, médico formado pela USP e dedicado às comunidades carentes. Ele não era diferente da média dos médicos brasileiros, inclusive os do futebol, que sabem pouco ou nada sobre alcoolismo. Mas Sócrates podia ser tudo, menos um negacionista.

"Debo porque gosto. Quando quiser parar, eu paro", dizia. Com por cento dos dependentes dizem isso, até que a doença, ao levá-los, faz com que parem mesmo. Sócrates negava até o fim ter um problema quando, como médico, devia saber a devastação que o álcool já provocava em seu organismo. E não que preferisse

não saber. A partir de certo estágio, parar ou não parar de beber deixa de depender da "força de vontade" — a dependência vence a vontade. Os torcedores não gostam que se fale desse tema referindo-se aos seus ídolos. Na verdade, ninguém gosta de falar de alcoolismo — ele está muito perto de nós, que "bebemos socialmente" ou temos um problema na família. E Sócrates foi só um dos muitos jogadores que tiveram a carreira e a vida abreviadas pela dependência. Procure conhecer a história do excepcional ala esquerda Marinho Chagas (1952-2014), ex-Rotafogo, ex-Fluminense, ex-São Paulo, ex-Seleção de 74 e, no fim, ex-tudo.

Alguém perguntou que autoridade eu tinha para falar de alcoolismo. Nemhunha. Posso falar do meu, na ativa por duas décadas e, nesta sexta-feira (8), um amarelo e fêla abeto há 36 anos, um mês e 13 dias. Mas todos os casos são iguais.

Em teoria, quem se garante a dignidade quer. Sou contra eu beber.

## Vergonha de menstruar

Priscilla Bacalhau

Docente em economia, consultora de impacto social e pesquisadora de FGV ESP/Out

As pessoas que menstruam são constantemente lembradas dos tabus associados à menstruação. Meninas desde sua menarca, que é a primeira menstruação, são levadas a sentir insegurança, medo e vergonha de menstruar. São condicionadas a esconder a todo custo seu período menstrual, líquido a sujeira e impureza, e meninos são ensinados que esse é um assunto proibido.

A estigmatização da menstruação na sociedade ignora que esse é um processo cíclico, natural e esperado. Não há nada de anormal ou sujo em menstruar, mas a perpetuação dos mitos contribui para o aumento de discriminação que afeta a vida de tantas meninas, mulheres, pessoas trans e não binárias que menstruam.

O silêncio sobre o assunto levava ao apagamento no âmbito público, acarretando desinformação, escassez de dados e de políticas públicas. Não há dados direcionados para mapear a pobreza menstrual, fenômeno caracterizado pela falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual, infraestrutura, serviços e informações sobre o funcionamento do próprio corpo.

Há pessoas que precisam recorrer a materiais impróprios para absorver a menstruação, como jornais ou miolo de pão, o que as coloca em risco fisiológico e infeccioso. No caso de meninas e adolescentes em idade de escolar, a pobreza e o estigma da menstruação podem levar a absenteísmo e efeitos negativos à saúde mental, afetando sua escolarização.

Mais de 1 milhão de meninas frequentam escolas com privação de ao menos um item mínimo de higiene, como banheiros, papel higiênico e sabonete para as mãos. Apesar da escassez de dados oficiais, pesquisas apontam que a menstruação como uma das principais causas das faltas das meninas à escola, com prejuízos à aprendizagem.

Entre os esforços para mitigar os efeitos desse problema foi criado o Programa Dignidade Menstrual, que neste Dia Internacional da Mulher completa um ano. O programa, multinstitucional, começou neste ano a distribuir gratuitamente absorventes para a população elegeu. O foco são pessoas de baixa renda registradas no Cadastro Único e matriculadas na rede pública de ensino, que estejam no sistema penal ou em situação de rua. O programa também prevê estratégias de qualificação de agentes públicos e educação da população sobre a menarca, prevenção de infecções e combate aos estigmas.

Entre os esforços para mitigar os efeitos desse problema foi criado o Programa Dignidade Menstrual, que neste Dia Internacional da Mulher completa um ano. O programa, multinstitucional, começou neste ano a distribuir gratuitamente absorventes para a população elegeu. O foco são pessoas de baixa renda registradas no Cadastro Único e matriculadas na rede pública de ensino, que estejam no sistema penal ou em situação de rua. O programa também prevê estratégias de qualificação de agentes públicos e educação da população sobre a menarca, prevenção de infecções e combate aos estigmas.

Entre os esforços para mitigar os efeitos desse problema foi criado o Programa Dignidade Menstrual, que neste Dia Internacional da Mulher completa um ano. O programa, multinstitucional, começou neste ano a distribuir gratuitamente absorventes para a população elegeu. O foco são pessoas de baixa renda registradas no Cadastro Único e matriculadas na rede pública de ensino, que estejam no sistema penal ou em situação de rua. O programa também prevê estratégias de qualificação de agentes públicos e educação da população sobre a menarca, prevenção de infecções e combate aos estigmas.